

País paga US\$ 300 milhões após acordo

BRASÍLIA — O Governo fará um novo pagamento aos bancos credores privados, tão logo seja formalizada a minuta de contrato de reescalonamento da dívida externa brasileira com o comitê assessor dos bancos. Desta vez, serão quitados os juros devidos em março — mais de US\$ 300 milhões. Será o quarto pagamento aos credores privados este ano. Os três primeiros, relativos a janeiro e fevereiro, foram parcelados em US\$ 356 milhões, pagos no dia 2 de fevereiro, US\$ 520 milhões, no dia 3 de março, e mais US\$ 118 milhões, no dia 17 do mesmo mês.

Há pressa no pagamento dos juros de março para evitar que os créditos caiam novamente na classificação de duvidosos, conforme determinam as normas bancárias americanas, sempre que um devedor completa 90 dias de inadimplência. O prazo termina no fim deste mês.

O "sinal verde" do FMI aos bancos credores torna iminente o fechamento do acordo. O Governo espera que esteja concluída a minuta do contrato até o fim da próxima semana. Mas isto não significa o encerramento do processo de reescalonamento da dívida de US\$ 64 bilhões junto aos bancos privados. O próximo passo será o

envio da minuta aos 600 bancos e a concordância de instituições que respondam por pelo menos 90% do total da dívida em entrarem com o dinheiro previsto no acordo.

O processo não deverá terminar antes de setembro, quando será possível marcar, em Nova York, a assinatura do acordo. Somente depois dessa etapa o País poderá receber a primeira parcela, de US\$ 4 bilhões, dos novos empréstimos a serem concedidos para o período de 1988/89, totalizando US\$ 5,2 bilhões. O restante deverá ser desembolsado em duas parcelas, de US\$ 600 milhões cada uma, em dezembro deste ano e no primeiro trimestre de 1989.

O novo empréstimo não será integralmente caracterizado como "dinheiro novo", o que exigiria a adoção de provisões financeiras adicionais por parte dos bancos. Dos US\$ 5,2 bilhões, apenas US\$ 1,2 bilhão serão "dinheiro novo". Os restantes US\$ 4 bilhões estarão vinculados a cofinanciamentos do Banco Mundial, à aquisição de bônus do Governo brasileiro e ainda aos *exit-bonds*, os bônus de saída, pelos quais os bancos de menor porte poderão trocar seus créditos com o País.